



110

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

Recurso em Sentido Estrito nº 0010356-55.2013.8.17.0000 (316003-4)
Comarca: Afrânio
Vara: Vara Única
Recorrente: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Recorrido: Adeildo Barbosa da Silva
Defensora Pública: Silma Dias R. de Lavigne
Procurador de Justiça: Gilson Roberto de Melo Barbosa
Órgão Julgador: 1ª Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos

EMENTA: PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. DELITO PREVISTO NO ART. 309 DA LEI 9.503/1997. REFORMA SENTENÇA. PRESCRIÇÃO VIRTUAL. SÚMULA 438 DO STJ. ACOLHIDO. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA PENA EM ABSTRATO. DE OFÍCIO. MENORIDADE PENAL. REDUÇÃO PRAZO PELA METADE.

1. Com o advento da Súmula 438 do STJ, restou pacificado o entendimento de que não se pode extinguir a punibilidade pela prescrição antecipada, uma vez que não existe previsão legal autorizando tal medida.
2. Apesar da impossibilidade de ser mantida a prescrição virtual, ocorreu a prescrição da punibilidade pela pena em abstrato, a qual é matéria de ordem pública, que pode ser reconhecida de ofício a qualquer tempo e grau de jurisdição.
3. *In casu*, a pena máxima aplicada ao delito previsto no art. 309 da Lei nº 9.503/97 é de 01 (um) ano, sendo o prazo prescricional de 04 (quatro) anos, nos moldes do art. 109, V, do CP.
4. Tendo em vista que o prazo prescricional é reduzido pela metade em função da menoridade, nos termos do art. 115 do CP, forçoso reconhecer, de ofício, a extinção da punibilidade pela ocorrência da prescrição (artigos 107, IV c/c 109, V, ambos do CP).
5. Recurso desprovido.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso em sentido estrito n. 316003-4, da Comarca de Afrânio, em que são partes as acima mencionadas. **Acordam** os Desembargadores componentes da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada nesta data, à unanimidade, negar provimento ao recurso do Ministério Público, e de ofício, extinguir a punibilidade pelo advento da prescrição, voto e notas taquigráficas que passam a integrar o presente aresto.

Recife, 14 de maio de 2014

Des. Fausto Campos
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO DE CASTRO CAMPOS

103
f

Recurso em Sentido Estrito nº 0010356-55.2013.8.17.0000 (316003-4)
Comarca: Afrânio
Vara: Vara Única
Recorrente: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Recorrido: Adeildo Barbosa da Silva
Defensora Pública: Silma Dias R. de Lavigne
Procurador de Justiça: Gilson Roberto de Melo Barbosa
Órgão Julgador: 1ª Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos

RELATÓRIO:

O **Ministério Público do Estado de Pernambuco** interpôs Recurso em Sentido Estrito em face da sentença que declarou a extinção da punibilidade do acusado Adeildo Barbosa da Silva, nos autos da Ação Penal nº 0000418-40.2008.8.17.0120, em função do reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva na modalidade retroativa.

O Recorrente interpôs o recurso às fls. 56/67, pugnando pela reforma da sentença, para que seja dada a continuidade ao processo na forma da legislação processual, uma vez que a prescrição virtual é expressamente vedada pela súmula 438 do STJ.

Contrarrazões do Recorrido (fls. 70/72), pela manutenção da sentença vergastada.

Manifestação do Juiz mantendo a decisão recorrida (fls. 73).

A Procuradoria de Justiça, através do Dr. Gilson Roberto de Melo Barbosa, emitiu parecer de fls. 99/101, pelo provimento do recurso.

Está feito o relatório.

Inclua-se na pauta.

Recife, 25 de abril de 2014.

Des. Fausto Campos
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO DE CASTRO CAMPOS

Recurso em Sentido Estrito nº 0010356-55.2013.8.17.0000 (316003-4)
Comarca: Afrânio
Vara: Vara Única
Recorrente: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Recorrido: Adeildo Barbosa da Silva
Defensora Pública: Silma Dias R. de Lavigne
Procurador de Justiça: Gilson Roberto de Melo Barbosa
Órgão Julgador: 1ª Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos

VOTO

Conforme relatado, a insurgência do Ministério Público se refere à sentença de fls. 52/53 que extinguiu a punibilidade em virtude do advento da prescrição.

Discorre o *parquet* que o magistrado *a quo* se equivocou ao extinguir a punibilidade sob tal argumento, sem considerar que a denúncia havia sido recebida em 11.05.2011, interrompendo o marco prescricional.

Argumenta o Recorrente que a utilização do instituto da prescrição virtual é expressamente vedada pela súmula 438 do STJ, a qual só poderia ser aplicada após a fase extraprocessual.

Com base nesses argumentos, espera a reforma da sentença vergastada, para que seja o Recorrido processado na forma da legislação processual.

O Recorrido pugna pelo desprovimento do recurso, devendo ser mantida na íntegra a decisão.

Diz a denúncia que, no dia **29.10.2008**, o Recorrido conduzia motocicleta HONDA CG 125 TITAN, Placa LNW 4887-RJ, em via pública, sem possuir Carteira Nacional de Habilitação ou Permissão para Dirigir.

A conduta foi alvo do procedimento previsto na Lei 9.099/95, sendo aceita proposta de transação penal, entretanto, o benefício não foi totalmente cumprido, fazendo-se incidir o art. 85 da mencionada Lei. Quando



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO DE CASTRO CAMPOS

da intimação para a audiência admonitória, foi constatado que o Recorrido passou a morar no Estado de Mato Grosso, em endereço desconhecido.

Desse modo, foi o acusado denunciado por infração ao art. 309 da Lei 9.503/1997, tendo sido a denúncia recebida em **11.05.2011** (fls. 41).

Como já foi dito, o juiz primevo proferiu sentença extinguindo a punibilidade em função da ocorrência da prescrição virtual.

Com efeito, com o advento da Súmula 438 do STJ, restou pacificado o entendimento de que não se pode extinguir a punibilidade pela prescrição antecipada, uma vez que não existe previsão legal autorizando tal medida.

Desta feita, sob esse argumento, deve ser anulada a sentença prolatada pelo juiz primevo.

Ocorre, porém, que o eminente Procurador de Justiça através de cota às fls. 83, requereu a conversão do processo em diligência com a finalidade de ser juntada cópia da certidão de nascimento ou documento de identidade do Recorrido.

Retornados os autos com a juntada dos documentos solicitados (fls. 89/90), verifica-se que o Recorrente, à data do fato, era menor de vinte e um anos.

Assim, apesar da impossibilidade de ser mantida a prescrição virtual, ocorreu a prescrição da punibilidade pela pena em abstrato, a qual é matéria de ordem pública, que pode ser reconhecida de ofício a qualquer tempo e grau de jurisdição.

In casu, a pena máxima aplicada ao delito previsto no art. 309 da Lei nº 9.503/97 é de 01 (um) ano, sendo o prazo prescricional de **04 (quatro) anos**, nos moldes do art. 109, V, do CP.

Desse modo, verifico que entre a data da conduta delitiva em **29.08.08**, e o recebimento da denúncia em **11.05.2011**, transcorreram quase três anos.

Tendo em vista que o prazo prescricional é reduzido pela metade em função da menoridade, nos termos do art. 115 do CP, forçoso



112

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO DE CASTRO CAMPOS

reconhecer, de ofício, a extinção da punibilidade pela ocorrência da prescrição (artigos 107, IV c/c 109, V, ambos do CP).

É como voto.

Recife,

14 de maio de 2014

Des. Fausto Campos
Relator